Processo T-123/89

Jean-Louis Chomel contra Comissão das Comunidades Europeias

«Funcionário — Subsídio de expatriação —
Organizações internacionais»

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância (Quarta Secção) de 27 de Março
de 1990 132

Sumário do acórdão

1. *Funcionários — Remuneração — Subsídio de expatriação — Objecto (Estatuto dos funcionários, anexo VII, n.º 1 do artigo 4.º)*
2. *Direito comunitário — Princípios — Protecção da confiança legítima — Condições*
3. *Funcionários — Princípios — Protecção da confiança legítima — Pedido de confirmação dos seus direitos apresentado por um funcionário — Silêncio da administração — Compromisso assumido por esta em violação das disposições estatutárias — Situações não geradoras de confiança legítima*
4. *Funcionários — Remuneração — Subsídio de expatriação — Condições de concessão — Adopção de novos critérios — Consequente não concessão do subsídio a um funcionário — Manutenção dos direitos adquiridos ao subsídio pelos funcionários contratados antes da modificação — Discriminação — Ausência (Estatuto dos funcionários, anexo VII, n.º 1 do artigo 4.º)*
5. *Actos das instituições — Revogação — Condições*

1. A concessão do subsídio de expatriação tem por objecto compensar os encargos e desvantagens especiais decorrentes da assunção de funções junto das Comunidades em relação aos funcionários que, por este motivo, são obrigados a mudar de residência do país do seu domicílio para o país de afectação e a integrar-se num novo meio.
2. A protecção da confiança legítima é extensiva a todo e qualquer particular que se encontre numa situação da qual de-

corra que a administração comunitária fez nascer na sua esfera esperanças fundadas.

3. Nenhum funcionário pode invocar uma violação do princípio da confiança legítima na falta de garantias precisas dadas pela administração. O silêncio da Comissão na sequência do pedido de confirmação dos seus direitos que lhe tinha sido dirigido por um funcionário, por mais lamentável que seja, não pode valer como confirmação de tais direitos na esfera do interessado, tal como não pode ser considerado uma garantia precisa dada pela administração.

Mesmo que um funcionário obtenha da administração a confirmação errada dos direitos que reivindicava, tal compromisso não pode criar uma situação de confiança legítima, uma vez que nenhum funcionário de uma instituição comunitária se pode validamente comprometer a não aplicar o direito comunitário e que a comunicação de uma interpretação errada da regra comunitária não pode, por outro lado, dar origem à responsabilidade da administração. As promessas que não tenham em conta as disposições esta-

tutárias não podem criar uma confiança legítima na espera daquele a quem se dirigem.

4. O respeito do princípio dos direitos adquiridos permite a uma instituição recusar a concessão do subsídio de expatriação a um funcionário que, durante o período referido no n.º 1, alínea a), do artigo 4.º do anexo VII do estatuto, tenha exercido, de modo habitual, a sua actividade profissional, no território do Estado de afectação, em organizações que, devido à adopção de novos critérios, já não eram consideradas, na altura da contratação do interessado, organizações internacionais para efeitos da referida disposição, continuando, no entanto, a conceder esse subsídio aos funcionários anteriormente empregados nas mesmas organizações mas contratados sob a égide dos antigos critérios da noção de organização internacional.
5. A revogação com efeitos retroactivos de um acto jurídico que tenha conferido direitos subjectivos ou benefícios similares é contrária aos princípios gerais de direito.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL (Quarta Secção)
27 de Março de 1990 *

No processo T-123/89,

Jean-Louis Chomel, funcionário da Comissão das Comunidades Europeias, residente em Bruxelas, patrocinado por Jean-Noël Louis, advogado no foro de Bruxe-

* Língua do processo: francês.